

# Invasão unifica setores divergentes

Por motivos nem sempre os mesmos, líderes de empresários e de trabalhadores condenam as ocupações e sugerem ação enérgica do governo

Clarissa Lima

Da equipe do Correio  
lara Vidal

Especial para o Correio

Se depender da opinião dos principais representantes de empresários e trabalhadores, o Governo do Distrito Federal (GDF) deve ser enérgico ao coibir a invasão de áreas públicas. Os líderes desses setores ainda não avaliaram o impacto econômico que as ocupações irregulares podem trazer ao DF, mas são unânimes em defender a desocupação imediata das áreas.

“As invasões desgastam e prejudicam a imagem da cidade fora do Distrito Federal. O turista que se depara com uma tenda montada em plena Esplanada dos Ministérios, por exemplo, tem uma visão negativa da capital”, comenta o presidente do Brasília Convention Bureau - entidade que representa o trade turístico da capital -, Maurício do Vale, 39 anos. Para ele, as invasões são um problema social crônico que deve ser combatido por toda a sociedade.

O superintendente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis) no DF, Salviano Guimarães, 55 anos,

avisa que o órgão está atento às invasões que tragam prejuízos ao meio ambiente. “É o caso das possíveis ocupações no assentamento apelidado de 26 de Setembro, próximo à Estrutural, ao bosque de eucaliptos e ao Parque Nacional. Já pedi ajuda do GDF para controlar a área”, comenta. Ele lembra que o local está sob constante vigilância.

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Distrito Federal, José Zunga, 34 anos, recorre a trechos do clássico de Saint-Antoine Exupéry, *O Pequeno Príncipe*, para explicar as ocupações irregulares de áreas públicas. “Todos são responsáveis por aquilo que cativam. As fileiras que mar-

cham com Joaquim Roriz são a favor das invasões. Banalizam o direito à moradia”, filosofa. Ele argumenta que o direito de morar inclui também infra-estrutura, saneamento básico e dignidade.

A Companhia Energética de Brasília (CEB) está impedida de levar energia elétrica a áreas invadidas, desde 1995, por uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDF).

O jeitinho encontrado pelos invasores foi recorrer às gambiarras. Só

Raimundo Paccó



A proliferação de habitações improvisadas nos acampamentos dos invasores parece não sensibilizar sequer os comerciantes de materiais de construção

que eles têm que conviver com retiradas periódicas de fios e instalações, pelos funcionários da CEB. Essas *baldadas* ocorrem, geralmente, de 15 em 15 dias. No entanto, segundo a assessora de comunicação social da empresa, em duas ou três horas os *gatos* são todos refeitos pela “indústria da gambiarra”.

## PRESSA

O setor empresarial também aposta em uma solução rápida para a questão. “O governo não pode abrir mão de resolver esse problema, que prejudica a própria estrutura da cidade. No momento, as invasões não estão atrapalhando o nosso setor”, avalia o presidente em exercício da Fibra

(Federação das Indústrias de Brasília), Wellington Carlos Batista. A entidade representa 4.630 indústrias do Distrito Federal.

O presidente do Sindicato dos Condomínios Comerciais, Residenciais, Horizontais e Mistos, Francisco Menna, alerta para o aspecto da legalidade das invasões.

“A lei tem que ser observada. Não pode haver desrespeito ao direito à propriedade. As invasões não podem receber qualquer tipo de apoio. É uma infração. Outro problema é a ação dos grileiros, que se utilizam da boa-fé das pessoas. Eles também devem ser punidos”, completa.